

PEQUENOS MUNDOS DE SENTIDO: AS REDES E A GESTÃO COMPARTILHADA NO CULTURA VIVA

Valéria Viana Labrea¹
Leila Martins Chalub²
Faculdade de Educação
Universidade de Brasília

Resumo: Este estudo, a partir da escola francesa da Análise do Discurso, descreve diferentes *efeitos de sentidos* que os discursos sobre *rede e gestão compartilhada* produzem. As redes articuladas pelo Estado como estratégia de gestão compartilhada conformam *redes híbridas*, caracterizadas pela *elisão do político*, pela *permeabilidade* e por uma *política do silêncio*. As redes de cultura são *híbridas* porque discursivamente apresentam os valores contra-hegemônicos, mas estruturam-se de modo hierárquico, como as redes hegemônicas.

Palavras-chave: Análise do discurso. Redes híbridas. Ponto de cultura. Programa Cultura Viva.

Abstract: This study, from the French school of Discourse Analysis, describes the different sense/meaning effects that the speeches on network and shared management produce. Networks articulated by the state as a shared management strategy form *hybrid networks*, characterized by the contraction/alteration of *the sense of politics*, *permeability* and by a *policy of silence*. The culture networks are hybrid because discursively present the counter-hegemony values, but are structured in a hierarchical fashion, as the hegemonic networks.

Keywords: Discourse analysis. Hybrid networks. Point of culture., Live Culture Program.

Introdução

¹ **Valéria Viana Labrea** é Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (2014). Mestre em Educação e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2009), especialista em Gestão Cultural pela Fundação Itaú Cultural/Universidade de Girona/Espanha (2012), especialista em Educação Ambiental pelo SENAC (2007), graduação em Letras - Licenciatura plena em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Pesquisa os seguintes temas: educação, educação popular, metodologias participativas, políticas públicas, gestão cultural, políticas públicas de juventude, participação social, comunidades de aprendizagem. e-mail: valerialabrea@gmail.com.

² **Leila Chalub Martins** é Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (1973), mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (1986) e doutora em Ciências Sociais – Antropologia, pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (2011/2012). É professora associada da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Antropologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, sustentabilidade, complexidade, cultura e juventude. É coordenadora do Observatório da Juventude da UnB, do Núcleo de Estudos e Apoio às Licenciaturas e Coordenadora Geral do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa pela UnB. e-mail: leilachalub3@gmail.com.

Este artigo, na perspectiva discursiva,³ se propõe a refletir sobre os *efeitos de sentido* que a ideia de rede e gestão compartilhada produz no *discurso* do Programa Cultura Viva (PCV) da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) do Ministério da Cultura (MinC). Para a Análise do Discurso (AD), discurso é *efeito de sentidos entre interlocutores que enviam para lugares determinados na estrutura de uma formação social* (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Por *efeito de sentido* entende-se que o sentido sempre pode ser outro, dependendo do lugar social em que os interlocutores se inscrevem. Assim, os gestores do PCV, as redes de pontos de cultura e os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), cada um ocupa um lugar enunciativo particular, dadas as condições de produção de seu discurso – seu lugar social, histórico, simbólico e ideológico – e por isso, tais atores, quando repetem o mesmo enunciado, produzem diferentes efeitos de sentido.

Por isso interessa entender como as ideias de rede e gestão compartilhada aparecem no discurso produzido pelos pontos de cultura e constituem sua *memória discursiva*.⁴ A *memória discursiva* pode ser entendida como os *já-ditos* que, de alguma forma se relacionam, determinam e atualizam o discurso sobre o papel que desempenham as redes no Programa Cultura Viva. Foucault (2000) dirá que há um *domínio de memória*, formado por enunciados que não são mais discutidos, pois não se questiona seu valor de verdade nem sua validade, eles *já estão postos e em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade, descontinuidade histórica* (2000, p. 65).

Para isso, retomamos rapidamente alguns pontos de um estudo sobre o tema, desenvolvido com maior profundidade em nossa tese (LABREA, 2014), com

³ Sugerimos a leitura dos seguintes textos sobre a teoria da Análise do Discurso: GADET, F. e HAK, T. (1997); ORLANDI, Eni P. (1988; 1993; 1996,).

⁴ Identificamos a origem da *memória discursiva* do PCV na publicação **Cultura Viva; Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária** (2005a), que é o primeiro documento público que apresenta a teoria do programa, seus conceitos estruturantes e ações propostas. As publicações organizadas posteriormente dialogarão necessariamente com esse texto, os discursos proferidos pelos gestores da política repetirão literalmente trechos inteiros dos textos que lá estão, as imagens terão textos que fixarão ideias-força defendidas neste *discurso fundador* do Programa Cultura Viva. Sobre essa questão recomendamos a leitura de ACHARD, P. et al. (1999).

destaque para os resultados de um questionário,⁵ aplicado a pontos e pontões de cultura, em 2013, que tratou especificamente dos espaços de participação social no PCV e as respostas mostram que há uma profunda reflexão crítica produzida pelos pontos em relação a essas questões.

Na perspectiva adotada, os *sujeitos das políticas* são igualmente *sujeitos de conhecimento* e possuem estratégias relevantes do ponto de vista cognitivo para superar suas dificuldades, a partir de experiências locais e enraizadas, conectadas em redes de relações. As teorias sobre transformação social disponíveis na atualidade não dão conta adequadamente desta *novidade* política e cultural, pois os protagonistas destas políticas operam em um contexto político ainda pouco estudado, que denominamos metaforicamente *pequenos mundos*, porque queremos enfatizar que são conhecimentos e práticas singulares. É necessário, pois, mapear estas experiências – tornar visíveis estes *pequenos mundos*, analisá-los, entendê-los – e este estudo espera contribuir – ao menos parcialmente – nesse processo cartográfico.

Embora pesquisas,⁶ estatais ou acadêmicas, já tenham tematizado vários aspectos do programa, os dados sobre o comportamento das redes dos pontos e pontões conveniados às secretarias estaduais e municipais de cultura, e como se dá a interlocução com a CNPDC, ainda são escassos e pontuais e essas foram as principais motivações para o envio dos questionários. Esperamos que este artigo possa contribuir para entender o campo das *redes híbridas*, habitadas conjuntamente pelo Estado e pela sociedade, e colaborar para esclarecer como elas funcionaram e se organizaram no programa.

Adotamos como *dispositivo teórico e analítico* a escola francesa de Análise do Discurso (AD). Esta disciplina amplia possibilidades interpretativas, ao fazer a mediação entre a descrição e a interpretação, porque não existe um dispositivo analítico padrão, *a priori*, ele é construído pelo analista em interlocução com outras disciplinas e campos do saber que o ajudem a compreender e responder sua questão, a

⁵ Este questionário foi um dos instrumentos de pesquisa para orientar a escritura da tese LABREA, V. C.V. **Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder Cartografia do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013**. Brasília: Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2014. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16149/1/2014_ValeriaCruzVianaLabrea.pdf>.

⁶ Vide bibliografia.

partir do trabalho com o simbólico e a interpretação. Neste artigo, a AD (PÊCHEUX, 1995 ORLANDI, 1996) dialoga com a teoria de redes (CASTELLS, 1999; GIDDENS, 1991; SANTOS, 2005) e algumas categorias dos estudos culturais e da sociologia (CANCLINI, 2011; LACLAU, 2005).

Em tese recente (LABREA, 2014), estudamos as ideias de rede e de gestão compartilhada que perpassam o *discurso institucional* – posto nas publicações e relatórios da SCDC/MinC –, que caracterizam o *espaço de formulação* da teoria do programa e o discurso dos pontos de cultura, produzidos no *espaço de interlocução* com a política pública, as quais retomamos rapidamente para dialogar com seus principais resultados, dando destaque aos dados da pesquisa, realizada em 2013, com pontos e pontões de cultura.

Entre as redes vividas e as imaginadas

Deve ser maleável, menos impositiva na sua forma de interagir com a realidade, e, por isso, ágil e tolerante como um organismo vivo. O objetivo é fazer uma integração dos Pontos em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais. (BRASIL, 2005; 2010a; 2010b)

Rede e gestão compartilhada são *ideias-força* que constituem um dos principais argumentos do *discurso fundador* do PCV. Para a AD, *discurso fundador* é aquele que *cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui uma memória outra* (ORLANDI, 1993, p. 13). Outra característica importante do discurso fundador é que ele é “*reconhecido como tal*” (ORLANDI, 1993, p. 18); ele é *citado* ou *reproduzido literalmente ou em forma de paráfrases*, em novos textos que o definem como “**a**” referência, quando o assunto é o Programa Cultura Viva.

Essas ideias perpassam o discurso dos gestores e dos ponteiros e produzem diferentes *efeitos de sentido* e níveis de entendimento, dependendo do interlocutor e sua posição enunciativa. Organizar redes com os grupos culturais beneficiários dos editais do PCV foi uma iniciativa do governo federal, para fazer a gestão compartilhada do programa e criar uma *esfera pública* (HABERMAS, 2003) que articulasse o governo e os grupos culturais beneficiários das políticas públicas.

No discurso institucional do PCV (BRASIL, 2005a), denomina-se *rede*⁷ todos os espaços de participação social ampliada, independente do formato, do objetivo e de como é organizado e de como o poder é distribuído e (com)partilhado. Consideramos essa ideia de rede uma *metáfora*⁸ para designar como novidade um conjunto de rotinas já tradicionais na administração pública. As noções de rede que o CV mobiliza são *polissêmicas*, dizem respeito a articulações locais, regionais, estaduais e nacional, entre os pontos e pontões de cultura e comunidades, às relações entre pontos, entre pontos e pontões, às redes virtuais, a espaços e eventos de inclusão e participação social, a mobilizadores regionais, aos circuitos culturais e à forma de gestão do programa (LABREA, 2014, p. 184-185).

A repetição deste discurso e a regularização de seu sentido passam a constituir a *memória discursiva* do PCV, mas esse discurso não mostra como viabilizar essas articulações, qual o projeto compartilhado, os lugares que cada enredado ocupa, nem tampouco como avaliar e mensurar se elas estão sendo bem-sucedidas, do ponto de vista da efetividade da política que se pretende implementar. A proliferação de categorias não vem acompanhada da devida descrição de como irá se estruturar a rede como esfera pública e, principalmente, como o poder irá circular entre sujeitos que ocupam diferentes posições enunciativas e sociais (LABREA, 2014, p. 186-188).

As redes são, idealmente, um instrumento de *gestão compartilhada* do PCV, desde sua formulação. No entanto, assim como na ideia de rede, esse entendimento não está acompanhado da necessária descrição dos espaços e dos limites desta interlocução e isso reduz bastante o entendimento da materialidade deste discurso. Quais são as práticas, os fóruns, os eventos, os interlocutores que de fato realizam uma gestão compartilhada? Quais aspectos da gestão pública podem ser compartilhados com a sociedade civil? Outra questão que nos parece importante refletir é como essas estruturas em rede dialogam com as estruturas formais de

⁷ No discurso do PCV, destacam-se estas ideias: a) rede como articulação entre os pontos de cultura e entre os pontos e a comunidade de entorno; b) rede como a mediação que o ponto de cultura faria entre Estado e sociedade; c) considerar o Programa Cultura Viva como rede – a gestão é realizada em rede; d) rede resultante da Ação Cultura Digital; e) Pontos de Rede – rede organizada a partir da descentralização para governos estaduais e municipais; f) Pontões – rede de integração dos Pontos de Cultura; g) Gestão intrarrede; h) rede de articuladores – os Tuxáuas; i) rede como circuito cultural – Interações Estéticas e j) a Teia, a *rede de redes*. (BRASIL, 2005a)

⁸ Metáfora: emprego de uma palavra num sentido que se assemelha e, no entanto, difere do seu sentido habitual. (DUCROT; TODOROV, 2001, p. 254)

participação social, já instituídas pelo MinC, como o Sistema Nacional de Cultura, a Conferência Nacional de Cultura e seus GTs Setoriais, o Plano Nacional de Cultura, os fóruns municipais e estaduais de Cultura, entre outros? (LABREA, 2014, p. 187-188). Segundo Domingues (2008, p. 188-189), a grande maioria (68%) dos pontos afirmou não participar da gestão do PCV, embora 86% deles considerassem que deveriam estar participando mais ativamente deste processo.

Essas questões não encontraram um resposta na interlocução entre os gestores e as redes do programa e os pontos e pontões de cultura sentiram a necessidade de organizar uma comissão, a CNPdC, para ocupar os espaços de diálogo com o MinC. A opção por uma comissão demonstra que há certo desconforto com a fluidez, a descentralização de poder e a ausência de hierarquias que as redes pressupõem e gestores e pontos não conseguiram fazê-las o principal instrumento de gestão compartilhada do programa. No entanto, não houve por parte dos pontos ou da secretaria uma reflexão ou problematização sobre o sentido que produz um grupo restrito, representativo, setorial, em uma rede dita horizontal. A existência da CNPdC torna a ideia de rede como um espaço de gestão compartilhada obsoleta e desnecessária, porque uma rede não tem função consultiva e a comissão ocupa as posições de argumentação e é legitimada pela SCDC para fazer essa interlocução.

A rede nessa construção se retira, ao menos parcialmente, do espaço de interlocução e a CNPdC se torna a instância legítima para defender os interesses coletivos. Embora se mantenha uma agenda de eventos e reuniões com gestores e grupos locais, e as redes continuem sendo importante referência no discurso dos gestores e dos pontos, aos poucos, os espaços de interlocução direta com a SCDC vão sendo ocupados por grupos representativos dos segmentos, em particular a CNPdC. No entanto, mesmo não tendo função política, as redes continuam se estruturando, agora sob a coordenação dos gestores municipais e estaduais, elas se mantêm discursivamente como importante referência, validam a memória discursiva do programa e sua presença encobre relações e organização hierárquicas, centralizadas e concentradas em um grupo pequeno e restrito.

A ideia de rede também prolifera porque 85% dos pontos de cultura conseguiram algum grau de articulação com pontos de sua região ou com aqueles que compartilham a mesma temática, graças à política de eventos desenvolvida pelo

MinC, os quais permitiram o encontro e a troca entre eles. Os pontos têm dificuldades em fazer o que o discurso institucional propõe, mas, por outro lado, entre eles articulam *redes de relações*. Alguns grupos de pontos ressignificaram a *rede como metáfora* e, na impossibilidade de criar redes com o MinC, em função da ocupação dos espaços enunciativos por estruturas formais, eles criaram redes entre si, ao participarem da agenda de eventos e encontros, baseadas na troca de tecnologias sociais, em processos formativos e intercâmbios artísticos. A solidariedade e a colaboração é a tônica dessas relações (LABREA, 2014, p. 220).

Como se pode perceber, o espaço de gestão compartilhada do PCV já era complexo e, a partir da nova gestão, ele fica mais opaco, pois os novos gestores preferem caminhos ainda mais ortodoxos: irão se afastar das redes virtuais e das redes temáticas (originadas nos editais de prêmios e dos convênios direto com o MinC, agora esvaziadas), irão introduzir os temas e o público da diversidade (provenientes dos editais da ex-Secretaria de Identidade e Diversidade, hoje aglutinada na SCDC) e fazer sua interlocução com os gestores estaduais e municipais e com a CNPdc. Com isso, os espaços representativos e formais vão tomando gradativamente o lugar da rede, ao falar por ela, representando-a e aos pontos.

A pesquisa com os pontos e pontões de cultura, realizada em 2013, fixa um retrato momentâneo do programa no qual as mudanças e o alinhamento do redesenho⁹ estão sendo implementados; são poucos os convênios diretos com o MinC, o que promove uma renovação dos pontos de cultura, agora selecionados pelos editais dos governos estaduais e municipais e enredados nessas redes locais. Essa renovação – dos gestores do PCV e dos pontos de cultura – vai provocar um afastamento do discurso fundador do programa e uma nova disputa pelos sentidos do discurso institucional. Vejamos como os pontos traduzem e entendem esse novo posicionamento do MinC.

A pesquisa de 2013

⁹ Para entender as novas apostas da SCDC e o realinhamento do programa, ler: SILVA, F. A. B.; LABREA, V. C. V. (Orgs.). **Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva**. Brasília, DF: Ipea, 2014. v. 1. 148p .

Ao enviarmos um questionário contendo 13 questões a todos os pontos e pontões de cultura credenciados pela SCDC (3560), recebemos 443 respostas,¹⁰ o que representa 12% de um universo bem heterogêneo. Não temos a pretensão, portanto, de generalizar ou apontar comportamentos de grupo, ao contrário, nossa aposta é que esse conjunto de respostas mostrem os diferentes efeitos de sentido dos diversos modos de se relacionar com a política e com o discurso institucional, isto é, como o mesmo discurso ressoa de forma diversificada, conforme muda o interlocutor e, assim, falando o mesmo, falam de coisas diferentes.

Sobre o perfil dos respondentes, podemos dizer que a maioria (72%) foi de representantes de pontos ou pontões, 12% de gestores(as) públicos (alguns pontões são municipais ou estaduais), 9% de colaboradores(as) e 7% de pesquisadores(as) ligados aos pontos. Todas as regiões do país participaram da pesquisa, distribuindo-se da seguinte maneira: 50% da Região Sudeste, 22% da Região Nordeste, 17% da Região Centro-Oeste, 8% da Região Sul e 3% da Região Norte. Essa distribuição regional, genericamente, reflete o modo como os pontos se distribuem: a grande maioria localiza-se nas regiões Sudeste e Nordeste, seguidas do Centro-Oeste, Sul e Norte.¹¹ Os participantes da pesquisa localizam-se prioritariamente na zona urbana (73%), seguida de locais onde se encontram povos e comunidades tradicionais (12%), zona rural (10%), aldeias indígenas (3%) e comunidades quilombolas (2%).

As perguntas tematizaram predominantemente as ideias de redes e os modos que os pontos e os pontões se articulam entre si e com os entes federados e sobre os espaços e modos de gestão compartilhada. Outra questão buscou compreender o que efetivamente mudou em relação à gestão passada – período de 2003 a 2010 –, já que o

¹⁰ No acordo entre os entrevistados e a pesquisadora, foi combinado que todos os depoimentos não seriam identificados (nome do entrevistado ou do ponto/pontão) e que os dados não seriam compartilhados, preservando o anonimato dos respondentes. Também ficou acertado que não havia necessidade de responder a todas as questões, que todas as questões seriam de múltipla escolha, que poderiam citar (no caso de público e linguagens, por exemplo) várias opções e todas seriam consideradas. As percentagens representam a totalidade de respostas, não sendo consideradas nessa conta as perguntas sem resposta.

¹¹ Ver, por exemplo, o mapa dos pontos para conhecer a distribuição regional. Disponível em: <<http://culturaviva.org.br/mapa/#lat=-15.050826166796774&lng=-54.426337201476315&zoom=4>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

discurso sobre *o retrocesso e o desmonte do PCV*¹² circula nas redes e mídias alternativas e apareceu em várias respostas, desde 2011 até meados de 2013.

Dos pontos e pontões entrevistados, 77% afirmam que participam de redes, sejam as organizadas pela SCDC, sejam outras redes, ligadas ao trabalho desenvolvido nas comunidades e linguagens e temas afins (outros equipamentos culturais, escolas, comunidade, governos locais, fóruns e GTs etc.). Dos entrevistados que participam das redes do PCV, 43% afirmam participar das redes locais organizadas pelos governos estaduais e municipais, 22% de redes regionais, 21% participam de redes organizadas pela SCDC (redes temáticas ou identitárias), 6% participam da rede dos pontões e 39% afirmam que no PCV não há rede estruturada em sua região.

Esses dados mostram um deslocamento importante: atualmente os governos estaduais e municipais é que estão à frente das redes, em função do processo de descentralização e federalização do programa, e embora todas as redes estaduais e municipais tenham lista de discussão virtual, troca de e-mails, as reuniões presenciais e as questões comuns ao território compartilhado se colocam em primeiro plano. Nos locais em que os governos não se mobilizam, não há redes, nem os pontos nem a CNPdc as organizam, assim a iniciativa de fomentar redes continua sendo do Estado.

Há vários convênios vigentes – no final de 2013 havia cerca de 45 pontos e pontões remanescentes dos editais diretos com a SCDC (LABREA, 2014, p. 133) – e por isso um grande número de ponteiros que viveu a primeira fase do programa (2003 a 2010) ainda participa das redes e predomina na CNPdc. Embora haja uma renovação de pontos de cultura, eles não têm grande influência na Comissão e não há

¹² Para fins de pesquisa, consideramos que o PCV viveu dois momentos fundantes, o primeiro, no período de 2004 a 2010, no qual se articulam a *política e a estética, o populismo e o popular*, criando um poderoso imaginário social que alia Estado e sociedade em torno de um projeto comum; e no segundo, que tem início com a gestão da Presidente Dilma Rousseff e a subsequente troca de Ministro de Cultura. O segundo momento conforma-se em meados de 2010 e se instala de modo definitivo, a partir de 2011, em que a política é despida parcialmente de parte do seu simbolismo e avaliada nos termos da eficácia (ou não) em adotar os instrumentos de gestão e a partir daí redesenhada. Este segundo momento do PCV, na opinião de antigos gestores e ponteiros, cristalizou uma ideia de desmonte e retrocesso, em função da perda de prioridade do programa no MinC, que vem sendo paulatinamente substituída pela ideia de um esforço de alinhamento e de qualificação das ações, como veremos no dados da pesquisa de 2013.

renovação do quadro representativo, pois os mesmos ponteiros, ao longo dos anos, ocupam os espaços de interlocução com o governo.

Para falar sobre as redes do programa,¹³ optamos por destacar alguns recortes discursivos que mostram argumentos recorrentes nas respostas, o que, na perspectiva discursiva, são representativos de posições enunciativas comuns a vários dos respondentes. Os pontos falam em várias redes simultâneas, pois para eles não há uma Rede Nacional de Pontos de Cultura. O recorte discursivo (RD) abaixo reforça essa compreensão: “*Considero difícil tratar apenas de uma rede no âmbito do Cultura Viva, há variadas redes com atuações diversas*”(RD1).

Não passa despercebido que as redes são iniciativas estatais:“*[...] o importante a destacar é que estas redes não foram geradas espontaneamente nem, tampouco, são uma construção unilateral da ponteirada*”(RD2). E sua pauta é bastante influenciada pelo governo: “*[...] tanto no caso das Teias como dos fóruns de pontos de cultura, até o presente, houve financiamento do poder público para que tais espaços/eventos ocorressem, sendo também o poder público que inseriu muitas das pautas políticas do programa com maior ênfase em algumas situações*” (RD3).

Ao serem questionados se essas diferentes redes *conversam* e se articulam, 32% responderam que não, cada rede trabalha de modo separado das outras redes; 31% não sabem se elas se articulam, porque não participam ativamente da rede; 23% afirmam que algumas redes trabalham de modo articulado com outras redes e 14% afirmam que não há redes locais. Dessas respostas, podemos inferir que a articulação entre elas se coloca como um desafio.

Em relação à questão que indaga se o formato da rede permite efetiva e ativa participação dos membros: 25% afirmam que permite, 25% afirmam que não permite, 25% afirmam que agora não mais ou que pode melhorar o desenho, 18% afirmam que não há redes locais e 7% não sabem avaliar. As redes estão pulverizadas, dialogam somente com secretarias estaduais e municipais, enraizadas em territórios e

¹³ Questões: 1) Qual o desenho adotado no seu Estado para a composição da Rede dos Pontos de Cultura? (Por segmento? Região? Quantos representantes no total?) 2) Em sua opinião, a Rede está num formato que possibilita sua efetiva e ativa atuação? Justifique sua resposta. 3) Qual a função da Rede dos Pontos de Cultura em sua opinião?

linguagens, articulam-se em nível local ou regional. Os respondentes, desde sua experiência, têm várias explicações para a dificuldade em articular e atuar em rede, como se pode verificar nos recortes abaixo:

RD4 - Desde Dilma não há diálogo nem estadual, nem federal, nem regional, nem temático... há conexões intrapontos, mas micromovimentos em comparação com o estágio em que deveríamos estar hoje.

RD5 - A distância geográfica entre os PCs é muito grande. A política territorial não é prioridade dos governos estadual e federal. A articulação e trocas entre os grupos se dá com mais facilidade por linguagens e atividades afins.

RD6 - Fica muito difícil esta articulação devido a falta de políticas de fomento por parte do MinC, que aumentou os números de pontos sem planejamento.

RD7 - Em função da expansão do programa e dos novos convênios com estados e municípios, também se observa um redesenho novo, que surge não só pelo comportamento da instituição pública como dos próprios pontos novos, que os fazem mais distantes nas potencialidades de sustentabilidade de troca na rede, tornando a rede mais burocratizada e formal.

RD8 - O que dá origem a uma rede é uma “intenção”. Sem uma “intenção” clara e definida não existe uma rede. No máximo uma efêmera troca inicial de e-mails. O que garante a rede é a sua “intenção” definida.

Algumas redes municipais, estaduais ou temáticas conseguiram, em alguns lugares, um nível de organização que possibilita que seus integrantes tenham uma atuação de mais qualidade, embora as dificuldades encontradas em nível estadual ou municipal sejam semelhantes às encontradas nas redes antes organizadas pelo MinC:

RD9 - Penso que através dos territórios de identidades tivemos primariamente uma noção de identidade por região, o que é fundamental para unirmos por afinidades identitárias. Essa identificação nos fortalece quanto região, transcendendo as barreiras do município ou cidade potencializando o poder político através destas microrredes.

RD10 - A rede ficou esvaziada, com o fim dos convênios federais e o surgimento dos convênios estaduais. Não teve muito diálogo entre pontos federais e estaduais. Portanto, a rede ficou “furada”, ao meu ver.

Em relação aos espaços de participação, 48% dos pontos/pontões não têm qualquer interlocução nesses espaços. Assim, embora 82% dos pontos já tenham participado de encontros ou eventos organizados pelo poder público, não têm voz nos espaços representativos ou deliberativos. Estes espaços são ocupados pela CNPdC. A comissão, não obstante ser o principal espaço de interlocução entre a SCDC e a sociedade, é conhecida por apenas 39% dos pesquisados(as) e 61% dos pontos não têm qualquer tipo de interlocução com a CNPdC.

Em relação à atuação da CNPdC,¹⁴ 94% respondentes questionam sua atuação e sua representatividade, a falta de renovação de seus membros: *“Não há um trabalho real para ampliação dos membros e dos espaços de diálogo e não tem transparência no uso dos recursos públicos: falam da rede nacional, mas nunca perguntaram para a rede como deve ser a organização, quem deve ir falar com o MinC, não usam a expertise dos ponteiros, como e em que se deve gastar o dinheiro do pontão, tudo fica só entre eles mesmos e a rede nacional é usada como pretexto para eles ficarem cada vez mais perto do poder”* (RD11), sintetiza o cerne das críticas.

Para 87% dos respondentes, a CNPdC é um espaço onde há concentração de poder e a luta é *“para manter os mesmos no poder”* (RD12). Também avaliam que *“com as redes desestruturadas e sem organização em nível nacional, a CNPdC ocupou o espaço de interlocução com o MinC, foi legitimada pela atual Secretária que não conhecia as redes e não dialoga com elas e será muito difícil quebrar esse círculo vicioso”*(RD13). Segundo eles, *“a CNPdC foi alimentada pelo MinC através do pontão de administração, uma aberração burocratizante do movimento, um erro que atrelou o movimento ao MinC, deixando-nos reféns da burocracia e das políticas cambiantes”* (RD14).

Ao serem questionados sobre os espaços de diálogo e a qualidade desta interlocução dos pontos com a CNPdC, cerca de 80% dos Pontos responderam que a) não há espaço de diálogo ou b) não conhecem esses espaços: *“Não há espaços de diálogo, o representante da CNPdC pouco compartilhou o que foi feito e quando*

¹⁴ Questões: a) Como se dá a interlocução do MinC com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura? b) Quais os espaços de diálogo com a CNPdC?

compartilhou, foi pra levar resultados e nunca pra consultar, construir coletivamente”(RD15).

Quando questionados sobre o papel do MinC¹⁵ nas redes, temos duas posições divergentes: uma que se posiciona criticamente sobre a perda de prioridade do programa no MinC: *“Sobre política pública cultural para mim e muitos pontos só existiram Gil, Juca Ferreira e Célio Turino. Depois deles tivemos uma sequência de decepções, ausências, atrasos, ruídos e falta de respeito com todas as conquistas realizadas pelos citados gestores culturais e Pontos de Cultura, que mudaram a direção do Ministério da Cultura e entraram para a história”* (RD16). A outra avalia o que está sendo feito no momento: *“A gestão atual é mais participativa, mais madura, mais experiente e os resultados são mais efetivos”* (RD17).

Esses diferentes entendimentos sobre o papel do MinC nas redes remete à noção de *gestão compartilhada* e o que é compartilhado. Vejamos as principais ideias que aparecem, de forma recorrente, no discurso dos pontos:

RD18 - Creio que não há um conceito cristalizado e nem acordado entre os pontos de cultura sobre o que seria gestão compartilhada. Talvez nem mesmo algo unânime ou de entendimento pleno entre os membros do poder público. Eu entendo [...] que gestão compartilhada compreende espaços de validação e de execução de políticas em que exista paridade e equidade entre os membros que compartilhariam a gestão. Sendo assim, creio que ela aconteceu muito pouco entre pontos de cultura e poder público.

RD19 - Gestão compartilhada foi um termo criado para designar o repasse de recursos financeiros pelo estado para grupos organizados da sociedade civil atuarem em rede e diretamente com comunidades excluídas das políticas públicas, mas na hora da prestação das contas o compartilhamento desapareceu e os pontos estão ainda sendo criminalizados por erros de gestores bem intencionados, mas sem experiência [...].

RD20 - A gestão compartilhada deve ser construída de baixo para cima, dos microgrupos constituídos por

¹⁵ Questões: a) Quais são os espaços (virtuais e presenciais) de encontro e diálogo destas redes com o MINC? b) Como você percebe o papel do MINC nestas redes? c) Como acontece a interlocução com o MINC através das redes do Programa Cultura Viva?

afinidade local ou temática, passando por grupos locais, estaduais, regionais até chegar ao grande grupo nacional. [...] Atualmente o modelo de gestão é viciado, pautado no modelo de democracia por maioria e representatividade que exercemos no Congresso Nacional. Os “representantes” dos pontos, a exemplo de nosso representantes no Congresso, legislam, na maioria das vezes, em causa e benefício próprios, buscando autoprojeção nos espaços já estabelecidos de poder. Atualmente o governo dialoga com a CNPdc achando (e tenho certeza, sabendo que não) que dialoga com toda a rede de pontos do Brasil.

RD21 - Não existe gestão compartilhada. Existe a ausculta aos PCs durante as reuniões, Teias e Fóruns dos PCs. O que existe é a produção colaborativa, em parte, de algumas Teias, eventos, reuniões e fóruns.

A pesquisa de 2013 sobre o PCV aponta vários sentidos para as redes e a gestão compartilhada e as diferentes posições-sujeito mostram diversos níveis de entendimento e de vinculação à política. São respostas nascidas da experiência de fazer parte do programa e cada posição tem uma percepção singular do modo como ele funciona, não há muitos elementos para generalizações. As narrativas dos respondentes mostram com muita eficácia o que é o *efeito de sentido* que a AD defende e *como o sentido pode ser outro*, a partir da inscrição do sujeito na história e na ideologia. A política *se apresenta e funciona* de modo diferente, para cada um dos respondentes.

O que explica narrativas tão diferenciadas para falar de uma mesma política? Como entender posições excludentes, que revelam diferentes *níveis de entendimento* do funcionamento do programa? Como o programa funciona para alguns e não para outros? Que Estado é esse que se conforma com tal grau de ambiguidade? O espaço de interlocução com os pontos, mais do que responder questões, inspira novas questões.

Os pontos, os pontões, os gestores, os parceiros, os intelectuais configuram, literal e metaforicamente, *pequenos mundos de sentidos*. Estes *diferentes níveis de entendimento* mais do que se referirem a possíveis diferenças cognitivas, epistemológicas ou ontológicas, na perspectiva discursiva, falam de *posições sociais, políticas e ideológicas*, que conformam a identificação ou contraidentificação com os conteúdos semânticos-discursivos do Cultura Viva. Essa *metáfora* que adotamos como referência a este amplo espectro de sentidos e narrativas aponta para uma forma

rizomática de articulação da experiência, que parte de realidades fluidas, heterogêneas, polifônicas e, muitas vezes, experimentais.

Os recortes discursivos produzidos pelos pontos atualizam o discurso fundador e apontam diversas direções de sentidos que denominamos, metaforicamente, *pequenos mundos*, porque mostram diferentes modos de se relacionar com o PCV e descrevem, parcialmente, a relação entre os pontos e como organizaram suas *redes de relações*. Defendemos que *os pequenos mundos* produzem reflexões consistentes sobre a implementação da política pública, como ela se ancora em práticas concretas e com isso temos elementos importantes para pensar sua qualificação e alinhamento.

Pêcheux, em *Ler o arquivo hoje* Orlandi critica o que ele denomina de tradicional *divisão social do trabalho da leitura* (2010, p. 52), ao afirmar que a sociedade construiu formas de dominação política quando reservou a alguns (os especialistas, os intelectuais, os literatos, os cientistas etc.) o direito de produzir leituras *originais* ou *interpretativas*, enquanto que outros (a grande maioria) se limitam a reproduzir o que o *texto quis dizer*, tendo sua leitura dirigida. O posicionamento dos pontos aponta para o início de uma reestruturação da *divisão social do trabalho da leitura*, no momento em que os *pequenos mundos* se encontram com a política e a burocracia e, a partir do seu lugar social, se permitem ir além do discordar ou concordar com a política – *leituras parafrásicas orientadas pela ideologia* –, mas também buscam se posicionar e expressar diferentes *níveis de entendimento*, perceber *nuanças* na política, desenvolver *estratégias* para se inserir nela, de um modo mais qualificado, ou mesmo negá-la.

O mosaico de narrativas conta várias histórias, de diferentes posições-sujeito, que mostram que, para além do discurso idealizado, *a priori*, parcial e *feliz*, cristalizado na *memória discursiva* do MinC, que as instituições reconhecidas como pontos e pontões de cultura não são meras espectadoras no jogo político e nele se colocam de diferentes formas, algumas de modo bem tradicional, hierárquico, representativo, vertical e outras de forma mais fluida e horizontal. Existem várias maneiras de habitar os espaços que, metaforicamente, se denominam Rede dos Pontos de Cultura e não é objetivo deste estudo decidir *o melhor* modo. Antes, afirmar: há modos plurais de compreender esta *metáfora*.

Isso se dá porque cada sujeito tem uma ideia do que seja uma rede: para alguns, *todo e qualquer conjunto de pessoas reunidas* conforma uma rede e por isso os fóruns, as reuniões, os encontros, os eventos, as festas, as conferências, as comissões são consideradas redes. Esse modo de conceber rede é intuitivo, dialoga com o senso comum e não se pergunta sobre a especificidade de uma rede, o que a distingue de outros espaços de participação social. Outros, já percebem que uma rede teve ter propósito, um projeto compartilhado, que o poder deve fluir horizontalmente, que os saberes de cada um devem determinar quem ocupa provisoriamente a função enunciativa, não há fixação de representantes. Entre essas duas ideias, há nuances e variações no entendimento do que deve ser uma rede e a gestão compartilhada do programa.

Uma das características dos recortes discursivos é a presença simultânea da *paráfrase* e da *polissemia*: o *já-dito é redito*, porém às vezes atualizado a partir de uma reformulação que instaura novos sentidos e abre para a interpretação. A polissemia mostra que a gestão compartilhada é um desejo ainda não concretizado, que o Estado não consegue dar conta da gestão dos instrumentos do programa, que a rede é todo e qualquer lugar e por isso *lugar nenhum*, a assimetria entre o que se diz e o que se faz é muito grande. A rede não tem poder internamente para definir a relação com o governo, porque esta construção se dá em outra instância, nas mesas de negociação, mas, por outro lado, permite que os grupos se organizem para o enfrentamento de problemas coletivos na esfera pública.

Na pesquisa, o *discurso fundador* não produz tensões: ele não é compartilhado pela grande maioria dos respondentes. As respostas mostram novamente uma polaridade: os pontos conveniados diretamente com o MinC e a CNPDC, de modo geral, enfatizam o “antes”, “o retrocesso” e a perda de posição no MinC e fazem críticas ao atual desenho do programa. Mas os pontos conveniados com os governos locais avaliam como muito boa a atual gestão, enfatizam sua postura e seu comprometimento, sua disposição para conhecê-los e dialogar. Como há bem poucos pontos remanescentes dos convênios diretos com o MinC – menos que 50 –, pode-se inferir que a tendência é que, com o tempo, outra narrativa se instale e estabeleça novas referências e novas posições enunciativas.

Articulando a narrativa: rede híbrida¹⁶

Interessa retomar o que entendemos por *rede híbrida* e de onde surge a ideia de que é uma forma adequada para descrever as redes formadas pelo governo e a sociedade e suas características. Entendemos como rede híbrida aquela em que estão presentes o Estado e a sociedade. Canclini defende que a *hibridação* é a noção própria para designar *as misturas interculturais propriamente modernas, entre outras, aquelas geradas pelas integrações dos Estados nacionais, os populismos políticos e as indústrias culturais* (CANCLINI, 2011, p. 30).

Assim, a opção pela palavra *híbrida* como *qualificadora* de rede, busca caracterizar um *lugar particular* em que o hibridismo acontece. Este lugar caracteriza-se pela presença de grupos sociais periféricos, que atuam nas *brechas* do sistema, autodenominados e que se reconhecem como *contra-hegemônicos* e conseguem, assim, de algum modo se apropriar das tecnologias de informação e de gestores ligados ao governo, e que procuram por *emancipação* em estruturas voltadas para a *regulação*. Assim, a rede se estrutura sob duas *tensões* e elas criam um espaço de *entremeio* que denomino *híbrido* porque há, de ambos os lados, discursos de cunho contra-hegemônico e emancipatório e há igualmente, de ambos os lados, práticas hegemônicas e reguladoras. A hibridação, nesse sentido, pode ser vista como um recurso de resistência aos processos de globalização – neste caso, juntam-se governo e sociedade a fim de provocar tensões e deslocamentos, através de discursos que apontam reprodução e rupturas, que afetam e desestabilizam a ordem do discurso e a ordem social.

Canclini,¹⁷ em **Culturas híbridas**, define hibridação enquanto *processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas* (2011, p. 19). Ele acrescenta que as estruturas ou práticas discretas são também *híbridas* e isso ajuda a pensar as *tensões* entre *o dizer e o fazer*, sendo o resultado, muitas vezes, inverso ao

¹⁶ Essa reflexão é fruto de um conjunto de argumentos presentes na tese que a originou. No entanto, cremos que os dados apresentados neste artigo são suficientes para a compreensão da ideia de hibridismo que ora apresentamos.

¹⁷ Canclini em **Culturas híbridas** (2011) faz um importante estudo da hibridização dos processos culturais na América Latina ao longo do Século XX, em especial a cultura urbana.

almejado. Essas *tensões* caracterizam a **rede híbrida**, que transita entre a rede ideal e a rede vivida, que acolhe igualmente princípios da regulação e da emancipação, que prega a horizontalidade, mas vive a verticalidade, que não diferencia sujeitos sociais, a partir da elisão do político e da naturalização da diferença tornada igual.

O *discurso institucional* do PCV repete vários atributos de redes, mas não mostra como viabilizar essas articulações, que aspecto da gestão é compartilhado; nem tampouco como mensurar se elas estão sendo bem-sucedidas, do ponto de vista da efetividade da política que se pretende implementar. Se realmente articulam, com quem articulam e quais os resultados destas articulações, é uma questão a ser respondida, pois todos os espaços de participação, todas as atividades desenvolvidas, tudo é rede e se tudo é rede, como mensurar?

A gestão compartilhada é seletiva: é compartilhada com alguns, com coordenadores ou representante, a partir de espaços institucionalizados. Seria factível, no entanto, ao pensar em gestão em rede,¹⁸ criar espaços de *escuta geral*, falar diretamente às redes – mensagens nos grupos virtuais, nas listas de e-mail – enquetes, consulta pública, mas se optou por falar com um grupo – em geral estável, sempre os mesmos interlocutores, independente da pauta, o que caracteriza, para usar um termo de Boaventura de Sousa Santos, o *desperdício da experiência*, porque os saberes e fazeres do conjunto dos pontos é irrelevante, não chega à SCDC, e se cria um grupo que conversa entre si, a partir de um alinhamento político. A análise de Gomes mostra que alguns desafios se impõem:

O Programa Cultura Viva teve como mérito trazer todos estes pontos geograficamente dispersos para um espaço comum, e de prover uma série de meios para promover esse encontro entre atores que atuavam quase que anonimamente no campo cultural sem um maior reconhecimento por parte do Estado. Mas quais caminhos devem ser traçados para que, passada a euforia inicial de se (re)conhecer e (re)descobrir uns nos outros, desse encontro se passe efetivamente à ação colaborativa em rede? Tendo em vista que, para o desenvolvimento de projetos colaborativos nas redes digitais são necessários mais do que equipamentos e protocolos tecnológicos abertos, de que maneira poderíamos construir também “protocolos sociais” comuns a todos os participantes? (GOMES apud LABREA et al., 2009, p. 40).

¹⁸ Um exemplo é o Gabinete Digital do Governo Estadual do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2013.

Esta ideia polissêmica e polimórfica de rede assimila as dicotomias que caracterizam e estruturam o discurso do MinC: *espaço de lugares, espaços de fluxos; urbano, rural; centro, periferia; tradição, modernidade; erudito, popular; conhecimento, senso comum; arte, cultura; cultura, folclore; arte, artesanato*. As dicotomias convivem com *as mestiçagens, o sincretismo, as rupturas, as contradições, a assimetria do mercado, a esquizofrenia do Estado, as diferentes formas de acesso* que caracterizam o espaço de formulação da política pública. Para Canclini (2011), essas ideias são também *híbridas* porque evocam simultaneamente processos que se inscrevem na *pré-modernidade, na modernidade, na pós-modernidade e na sociedade de informação*, que as atravessa. A América Latina, segundo Canclini, é pródiga no entrecruzamento de diferentes tempos históricos, que coexistem na contemporaneidade de forma desarticulada, fenômeno que designou como *heterogeneidade multitemporal* (2011, p. 72).

Além destes processos, nas redes há *o encontro do hegemônico e do subalterno* e nem sempre a hegemonia está a serviço do Estado e nem todos os grupos de origem popular são subalternos, há várias nuances neste encontro, e é necessário um esforço de *interlocução de entremeio*, para perceber em que os *pequenos mundos* afetam e modificam, mesmo que parcialmente, estruturas tradicionais, e em que os *pequenos mundos* são eles mesmos as estruturas tradicionais. Da mesma forma, o Estado, na atual conformação, reproduz discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, simultânea e indiscriminadamente.

Um dos motivos para que isso ocorra são os processos de produção de subjetividade. Para a AD, o sujeito é uma posição enunciativa que transita por diferentes formações discursivas. Quanto maior a abertura para a polissemia, maior a distância da posição-sujeito com a forma-sujeito (o sujeito que formula o discurso fundador do PCV). Assim, quando sugerimos que *nem sempre a hegemonia está a serviço do Estado e nem todos os grupos de origem popular são subalternos*, partimos do entendimento de que os processos de constituição do sujeito transitam por formações discursivas bem diversas.

Ao invés de encarar o sujeito como uma fonte que forneceria um significado ao mundo, vemos cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura. A esta estrutura ou

conjunto de posições diferenciais, damos o nome de discurso. Não há nenhuma relação prévia necessária entre os discursos que formam o trabalhador, por exemplo, enquanto militante ou agente técnico no local de trabalho, e os discursos que determinam sua atitude com relação à política, à violência racial, ao sexismo e outras esferas nas quais o agente seja ativo. Torna-se, portanto, impossível falar-se do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada e homogênea. Ao invés, devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas. [...] A proliferação destas novas formas de luta resulta da crescente autonomização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas, autonomização essa sobre a qual somente se pode obter uma noção teórica de todas as suas implicações, se partirmos da noção do sujeito como um agente descentralizado, destotalizado. (LACLAU, 2005, p. 3)

Laclau (2005) dá uma chave para compreendermos posições aparentemente contraditórias: grupos culturais formando comissões e o governo tecendo redes. As formas híbridas assim o são porque muitas vezes se identificam com elementos de desigualdade e exclusão, demonstram dificuldade em produzir contra-hegemonia, a partir da ressignificação de instrumentos hegemônicos.

As redes híbridas revelam que a comunidade disputa a hegemonia representada pelo Estado e pelo mercado, e ela se concretiza na disputa de narrativas. Os *pequenos mundos* têm, cada um, a *sua narrativa* e essas narrativas isoladas, mas principalmente reunidas, desconstroem e reconstroem o discurso do Cultura Viva. O espaço de interlocução, nessa lógica, torna-se um espaço de poder, de tomar para si a posição de narrador que diz o que é a política pública.

Entendemos que a proposta de articulação de uma *rede contra-hegemônica*, por parte do governo, articulado com a sociedade, aponte para *horizontes de mudanças possíveis*, mas que ainda não têm as condições adequadas para sua instalação, pois o grande desafio da política é organizar e regular o convívio entre os diferentes, não entre os iguais. Bloch, em **O Princípio da Esperança** (2005), fala do *ainda não* como uma categoria credível que pré-anuncia uma *utopia possível*, experiências múltiplas, enraizadas, desconectadas que se inscrevem como *tendências e latências*. Essa categoria é fecunda para pensar iniciativas que têm potencial de transformação social; entendo que a *rede híbrida pode vir a ser* um espaço para

pensar o conjunto de elementos necessários a uma reforma política do Estado,¹⁹ porque a ideia de reunir o governo e a sociedade para a *gestão compartilhada da política pública* – quando isso de fato acontecer – pode criar processos *democráticos de alta intensidade* dos quais fala Boaventura de Sousa Santos (2005). Dorneles entende que:

estes territórios emergentes – em suas distintas formas de organização; de produção; de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outros – vêm construindo estratégias de afirmação e resistência que, alimentadas por uma ética de solidariedade e por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes, e são fortalecidas através dos intercâmbios de experiências com capacidade de respostas à formação de redes e de novas ações e corredores culturais. (2011, p. 208)

Assumimos, junto com Dorneles (2011, p. 309), que essas *identidades inventivas* que *os pequenos mundos* trazem para a cena cultural vão além de expressões estéticas e artísticas e, desafiadas pelos conceitos estruturantes do Programa, buscam novas formas de organizar a participação social e a gestão. Mas para criar as condições para que isso aconteça, torna-se necessário olhar para essa rede e descrevê-la a partir dos sentidos que de fato ela (re)produz, e não apenas de seu desenho idealizado e este é, em nosso entendimento, o grande desafio que se impõe para a política na próxima gestão.

Referências

- ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ANDRIES, André Luiz Fernandes. **Pontos de Cultura, uma experiência de política pública participativa**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B. (Org.). **Cultura Viva**; as práticas de pontos e pontões. Brasília, DF: IPEA, 2011.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, V. C. V. (Orgs.). **Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva**. Brasília, DF: Ipea, 2014. v. 1. 148p .
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; CALABRE, Lia. (Orgs.). **Pontos de Cultura**; olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília, DF: IPEA, 2011.

¹⁹ A reforma política do Estado pressupõe uma reforma anterior, societal. Uma renovação dos valores e um redesenho das estruturas. É um projeto de dimensões gigantescas – de caráter utópico –, que provavelmente demoraria gerações e que, para sua efetivação, depende de vários outros esforços conjugados, mobilizando Estado, sociedade, mercado.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; ARAUJO, Herton E. (Orgs.). **Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania**: Cultura Viva. Brasília, DF: IPEA, 2010.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, Valéria Viana et al. **Relatório Parcial do Redesenho do Programa Cultura Viva**. Brasília, DF: IPEA, 2012a.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, Valéria Viana et al. **Relatório Final do Redesenho do Programa Cultura Viva**. Brasília, DF: IPEA, 2012b.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005. (v. 1).

BRASIL. **Almanaque Cultura Viva**. Brasília, DF: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010a.

BRASIL. **Almanaque**. Brasília, DF: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009b.

BRASIL. Aprimoramento da Gestão. Brasília, DF: MINC, 2013. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade/destaque/-/asset_publisher/ycfzTtH4jQ4f/content/aprimoramento-da-gestao/10901>. Acesso em: 27 jan. 2014.

BRASIL. **Cadernos do Do-in Antropológico**. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília, DF: MINC, 2003.

BRASIL. **Compêndio do Cultura Digital**. Brasília, DF: BSB; Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009a.

BRASIL. **Oficina do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MINC, 2006b.

BRASIL. **Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. Brasília, DF: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005a.

BRASIL. **Programa Cultura Viva**; primeiro relatório de avaliação dos Pontos de Cultura. Brasília, DF: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005b.

BRASIL. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: autonomia, protagonismo e fortalecimento sociocultural para o Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010b.

BRASIL. **TEIA: Rede de Cultura e Cidadania**. Brasília, DF: MINC, 2006a.

BRASIL. **TEIA: Tudo de Todos**. Brasília, DF: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2007 (DVD).

BRASIL. **Viva a Cultura Viva do Povo Brasileiro**. Brasília, DF: MINC, 2006c.

BRUNNER, José Joaquín. **A propósito de políticas culturales y democracia: un ejercicio formal**. Santiago: FLACSO, 1985.

CALABRE L. Desafios à Construção de Políticas Culturais: Balanço da Gestão Gilberto Gil. **Revista de Antropologia e Arte**, v.1, p. 293-301, 2009.

CANCLINI, Néstor García et al. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília, DF: Unesco, 2003b.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003a.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **A socialização da arte** – Teoria e prática na América Latina. São Paulo: Editora Cultrix. 1980.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. (v. 2).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999c. (v. 1).

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e terra, 1999a. (v. 3).

COELHO Teixeira. **A cultura e seu contrário**. São Paulo: Iluminuras; Observatório Itaú Cultural, 2008.

COELHO Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2012.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. **Programa Cultura Viva**: Políticas culturais para a emancipação das classes populares. RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, 2008, 218 folhas.

DORNELES, Patrícia. **Identidades inventivas**: territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Paulo: Clara Luz, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**; cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-36.

IPEA. **Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva**. Avaliação dos Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva. O perfil dos Pontões de Cultura. Os instrumentos de articulação, formação e difusão da Rede de Cultura. Brasília, DF: DISOC/IPEA, 2011.

IPF. **Programa Cultura Viva**; dossiê de atividades agosto a novembro de 2006. São Paulo: IPF, 2006b.

IPF. Programa Cultura Viva; dossiê de atividades maio a agosto de 2006. São Paulo: IPF, 2006a.

LABREA, Valéria da Cruz Viana¹⁰. **Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder Cartografia do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013**. Brasília: Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2014. Tese de Doutorado.

LABREA, Valéria da Cruz Viana. **Cultura Viva: redes temáticas e rede de governança como estratégia de participação social ampliada**. São Paulo: Fundação Itaú Cultural; Girona, Espanha: Universidad de Girona, 2012. Monografia de Especialização.

LABREA, Valéria Viana; DOUNIS, Sumaya; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva; novos mapas conceituais**. Brasília, DF: SCC/MinC/PNUD, 2010.

LABREA, Valéria Viana; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. **Programa Cultura Viva; análises e observações**. Brasília, DF: BSB; SCC/MinC/PNUD, 2009.

LABREA, Valéria Viana. **A vanguarda que se auto-anula ou a ilusão necessária**. Cartografia da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008. Brasília, DF: CDS/UnB, 2009.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LYRA, V. M. G. et al. **Pesquisa Avaliativa do Programa Arte cultura e Cidadania – Cultura Viva – O olhar dos pontões de cultura**. Brasília, DF: IPEA, 2011.

MARQUES, Eduardo César. Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Públicas do Rio de Janeiro. RJ: Revan/FAPESP, 2000.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996c.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez, 1988a.

ORLANDI, Eni P. et al. **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988b.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Gestos de leitura: da história no discurso*. São Paulo: UNICAMP, 2010.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**: programa de políticas de cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. In: AUTOR. **Texto para discussão 1707**. Brasília, DF: IPEA, 2012. p. inicial-final.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **As políticas culturais e o governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**; para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- TURINO, Célio. **O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma**. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- TURINO, Célio. **Ponto de Cultura** – O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda., 2009.